

Editorial

General
José Luiz Pinto Ramalho



Em 2 de abril deste ano, nos jardins da Casa Branca, o Presidente dos EUA apresentou à opinião pública internacional um amplo pacote de taxas de importação a aplicar aos países com quem tem relações comerciais, sessão pública que a sua Administração designou como “Liberation Day”. Para além do impacto que esta declaração teve na estabilidade da economia mundial e no comportamento internacional do mercado bolsista, marcou igualmente uma nova postura americana no relacionamento comercial com os seus parceiros internacionais, aliados, amigos, parceiros ou mesmo competidores.

O Presidente americano Donald Trump tem sido apontado, talvez de uma forma demasiado simplista, como alguém que tem uma visão e uma gestão das relações internacionais e da diplomacia, algo empresarial e que as mesmas têm da sua parte um carácter “Transacional”. Contudo, a realidade das múltiplas ações e à medida que o tempo vai decorrendo, esse comportamento poderá ser mais do que isso. Edward Luttwak, estrategista militar, ao acompanhar a política económica de Trump, referia que se tratava de dar uma nova visão à “geoeconomia”, utilizando a economia e os instrumentos comerciais e também financeiros, numa lógica estratégica militar operacional para atingir determinados objetivos.

Nessa perspetiva, a economia e os seus instrumentos operacionais são utilizados para promover e defender o interesse nacional, neste caso a visão do “Movimento MAGA e do conceito America First”. Esses instrumentos incluem as Tarifas, a legislação que impõe constrangimentos ao livre comércio, as sanções económicas, a desvalorização agressiva da moeda, a compra de ativos estrangeiros e a procura do controlo sobre a exportação da energia e dos materiais críticos, como a grafite recentemente, ou as “terras raras”. Do lado de Trump, já assistimos à utilização de todos estes instrumentos.

O caos provocado pela apresentação inicial dos valores das Tarifas a aplicar aos diversos países, os prazos indicados para a sua aplicação, o desafio para negociações sobre ambos para cada um dos países, as sucessivas prorrogações, a negociações individualizadas, levaram a uma fragmentação conjuntural do sistema económico/financeiro, com a

incerteza e um agravamento negativo do mercado bolsista. A Administração americana viu, de certo modo, de forma positiva esse “caos”, como o resultado do anúncio e aplicação das Tarifas e o primeiro passo para refazer “uma nova ordem económica” que relance o poder dos EUA, ou seja, o seu domínio geopolítico global, utilizando a “geoconomia” e a “geofinança”, aplicando os instrumentos comerciais e financeiros já referidos nos circuitos económicos e financeiros, nos mercados de todo o tipo, nas instituições e nos agentes económicos e financeiros.

A grande questão deste processo que, de certo modo, determinará o seu êxito ou parcial fracasso, porque múltiplos acordos têm vindo a ser realizados com diversos países, em particular com a UE, será determinado pelo resultado das negociações com a China. Um processo que começou com a atribuição recíproca de Tarifas muito elevadas, seguiram-se reduções sucessivas e um acordo precário relativo às exportações de “terrás raras” e à comercialização de semi-codutores. Contudo, a negociação de um acordo definitivo que já começou, com os dois grandes atores internacionais é determinante e de cujo final resultará uma influência marcante para a economia mundial.

De um lado, a China que detém a hegemonia da manufatura de componentes críticos para a transição quer energética quer climática, quer no âmbito das tecnologias de informação, incluindo as cadeias de abastecimento de minerais críticos e das “terrás raras” e, do outro, os EUA que controlam a produção e comercialização dos semi-condutores e micro-chips mais avançados, a par de um controlo dos circuitos financeiros, quase hegemónico, decorrente da posse do Dólar como moeda comercial mundial e do seu papel financeiro, como divisa de Reserva.

É um facto que a imposição de Tarifas por parte dos EUA tem causado enorme turbulência nos mercados internacionais e na previsibilidade dos comportamentos dos agentes económicos, o que é crucial para a estabilidade dos preços e controlo da inflação. Se do lado americano a sua utilização tem servido os objetivos económicos nacionais pretendidos está por provar. Mas de acordo com o Financial Times de 17 de julho de 2025, o Tesouro americano tinha arrecadado uma verba de 50 Mil Milhões de Dólares, provenientes das referidas tarifas impostas, o que corresponde a um aumento de 47 Mil Milhões para igual período no ano passado, o que não deixa de ser significativo para a saúde da economia americana.